



TA-53/85 em anexo

COC-250/82

Contrato de Concessão para explora o dos serviços públicos de abastecimento de água e remo o de esgotos sanitários, que entre si fazem a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR e a Prefeitura Municipal da LAPA, conforme adiante se declara:

Nesta data, compareceram de um lado, o Município da LAPA, por seu Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela Lei n  011/82, de 1 .10.82, e do outro lado, a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, neste ato representada por seu Diretor Presidente Eng  INGO HENRIQUE HUBERT, por seu Diretor Financeiro, Eng  PAULO ROBERTO MAINGU , assistida pelo advogado ALLAN STRADIOTTO, para firmar o presente Contrato de Concessão, nas condições expressas nas cláusulas seguintes: PRIMEIRA: Fica concedido à SANEPAR, criada pela Lei Estadual n  4684, de 23 de janeiro de 1963, a explora o e opera o dos serviços públicos de abastecimento de água e remo o de esgotos sanitários da LAPA, pelo prazo de 30 anos, obedecida a legisla o vigente e aplicável   espécie. PARÁGRAFO ÚNICO: Para os fins previstos no presente contrato são designados: a) CONCEDENTE: Prefeitura Municipal; b) CONCESSIONÁRIA. Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR. SEGUNDA: Para um perfeito desempenho do encargo aqui assumido, compete a CONCESSIONÁRIA, com exclusividade, diretamente, ou mediante contrato com entidade especializada em engenharia sanitária: a) estudar, projetar e executar as obras relativas à constru o, amplia o ou remodela o dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários municipais; b) atuar como órgão coordenador, executor ou fiscalizador de execu o dos conv nios celebrados para fins do item a; entre o Munic pio e  rg os Federais ou Estaduais; c) operar, manter, conservar e explorar os serviços de água pot vel e de esgotos sanit rios; d) emitir, fiscalizar e arrecadar as contas dos serviços que prestar. TERCEIRA:   delegada   CONCESSION RIA, competéncia para fixar tarifas que permitam a justa remunera o do investimento, o melhoramento, e a expansão dos serviços e assegurem o equilíbrio econ mico e financeiro do sistema explorado, nos termos do Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o BNH, de acordo com o disposto nos incisos I e II, do artigo 167, da Constitui o Federal. QUARTA: É vedado   CONCESSIONÁRIA proceder isen

6
ap. d.



   o de tarifas e custo de seus serviços. QUINTA: Os loteamentos futuros são poderão ser aprovados pela CONCEDENTE, desde que, em seu traçado, seja prevista a execução de redes coletoras de esgotos sanitários e de distribuição de água, previamente aprovados-pela CONCESSIONÁRIA. PARÁGRAFO ÚNICO: A execução de tais melhorias serão suportadas pela empresa ou pessoa que efetuar o loteamento. SEXTA: Caberá   CONCEDENTE, recompor a pavimentação das ruas danificadas em decorrência das obras de instalação, ampliação e reparos de redes públicas e coletores prediais, durante a aplicação e carência dos recursos emprestados pelo BNH; PARÁGRAFO ÚNICO: A CONCESSIONÁRIA ficará obrigada a recompor os passeios, ficando-lhe facultado faturar os serviços de recomposição contra os usuários diretamente atingidos. SÉTIMA: O Poder Executivo Municipal decretará a utilidade pública para fins de desapropri  o ou estabelecimento de bens e direitos necessários aos serviços da CONCESSIONÁRIA, seus melhoramentos, extensões e ampliações nos termos da Legislação vigente. PARÁGRAFO ÚNICO: Nos casos previstos nesta cláusula, o  nus da indenização ficará a cargo da CONCEDENTE, mediante acordo com os interessados ou através de ação judicial. OITAVA: A CONCESSIONÁRIA poderá utilizar, para a realização dos serviços ora concedidos, os terrenos de domínio público municipal e neles estabelecer servidões através de estradas, caminhos e vias públicas, na forma da lei específica. NONA: A CONCESSIONÁRIA gozará de total isenção de impostos municipais relativamente a seus bens e serviços de conformidade com a Lei Municipal. DÉCIMA: Do custo das obras do novo sistema de abastecimento de água, estimado em 98.770,000 UPC (Unidade Padrão de Capital), correspondendo no 3  trimestre de 1982 a CR\$.. 195 210 015,00 (cento e noventa e cinco milhões, duzentos e dez mil e quinze cruzeiros) e do sistema de esgotos sanitários estimado em 50.596,780 UPC, ou seja CR\$ 100 000 000,00 (cem milhões de cruzeiros), UPC do 3  trimestre/82, a CONCEDENTE participar  com 25% (vinte e cinco por cento). PARÁGRAFO PRIMEIRO: A participação da CONCEDENTE de que trata está cláusula correspondente a 37.341,695 UPC, ou seja CR\$ 73 802 499,40 (setenta e três milhões, oitocentos e dois mil, quatrocentos e noventa e nove cruzeiros e quarenta centavos), UPC do 3  trimestre/82, será realizada da seguinte forma: a) com toda a mão-de-obra necessária   execução do sistema de esgotos sanitários, estimado em CR\$ 70 000 000,00 (setenta milhões de cruzeiros); b) com as áreas de

5 W.



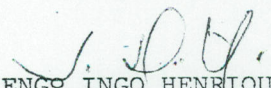
terreno necessárias aos sistemas de abastecimento de água e de esgotos sanitários , incluindo o terreno do futuro tratamento de esgotos. PARÁGRAFO SEGUNDO: A participação futura de que trata o parágrafo segundo, será em dinheiro e/ou bens e direito dos sistemas existentes, ficando desde já estabelecido que as participações presentes e futuras serão transformadas em ações preferenciais no capital da CONCESSIONÁRIA, respeitadas as disposições do artigo 2  e seus parágrafos da Lei de Concessão, num montante que não inviabilize economicamente a implantação da obra .

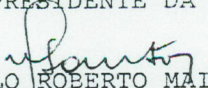
PARÁGRAFO QUARTO^{3 }: No caso de bens e direitos aludidos no parágrafo ^{2 }terceiro, o valor dos mesmos será fixado por avaliação na forma do Decreto-Lei n  6404 de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações). DÉCIMA PRIMEIRA: Por ocasião da assinatura do presente, o Poder Executivo outorgará procuração   Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, de acordo com as disposições do artigo 4  da Lei de Concessão. DÉCIMA SEGUNDA: Será de responsabilidade do Município, os pagamentos das tarifas devidas por banheiros, fontes, torneiras públicas e ramais de esgotos sanitários utilizados pela CONCEDENTE ou de sua responsabilidade. DÉCIMA TERCEIRA: A CONCESSIONÁRIA não se responsabilizará pela interrupção de fornecimento dos serviços de água e remoção de esgotos sanitários motivada por força maior, como greves, inundações, acidentes, incêndios, comoções públicas, guerras, etc...

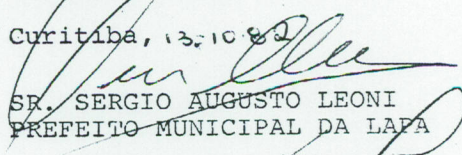
DÉCIMA QUARTA: A CONCESSIONÁRIA manter  constantemente estudos visando o aprimoramento e a programac o das obras de instalação e de ampliação dos serviços públicos concedidos dentro de sua política de ação. DÉCIMA QUINTA: Sempre que julgar necessário, a CONCEDENTE poderá solicitar esclarecimentos quanto ao programa de ação em prática na área atendida pela CONCESSIONÁRIA e quanto as tarifas vigentes. DÉCIMA SEXTA: A CONCESSIONÁRIA poderá embargar o funcionamento de poços artesianos, freáticos e cisternas existentes nos locais providos de rede pública de distribução de água, devendo proceder ao fechamento e lacrar as referidas fontes de abastecimento sem o direito dos proprietários ou usuários reclamarem qualquer indenização. PARÁGRAFO ÚNICO: Fica desde já estabelecido que as disposições desta cláusula somente serão aplicados quando o sistema operado pela CONCESSIONÁRIA possuir condições técnicas para atender os usuários abastecidos por poços particulares. DÉCIMA SÉTIMA: Poderá a CONCESSIONÁRIA sustar o fornecimento de água aos usuários, sempre que o débito do imóvel ultrapassar trinta dias do vencimento, e em outros casos

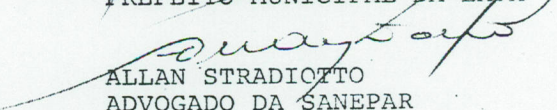


previstos em seu Regulamento. DÉCIMA OITAVA: Ocorrendo o caso de não prorrogação do prazo de concessão prevista na cláusula primeira, ou rescisão do presente contrato, o acervo do sistema de água e coleta de esgotos sanitários, será transferido ao patrim nio do Município, respeitados os estatutos da CONCESSIONÁRIA, bem como após assumir a responsabilidade pelo pagamento dos compromissos financeiros porventura existentes, na data da transferência do acervo, e indenizar a SANEPAR pelos investimentos que excederem a participação do Município. DÉCIMA NONA: O Poder Executivo fica responsável pelas eventuais indenizações de bens e direitos reclamados por terceiros, concessionárias ou não, de sistemas de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários. VIGÉSIMA: Este contrato terá vigência a partir da sua assinatura. VIGÉSIMA PRIMEIRA: Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Capital do Estado, para nele serem resolvidas todas as questões judiciais, derivadas deste instrumento, renunciando as partes expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

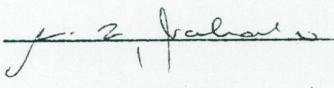
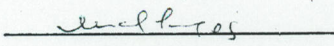

ENG  INGO HENRIQUE HUBERT
DIRETOR PRESIDENTE DA SANEPAR


ENG  PAULO ROBERTO MAING 
DIRETOR FINANCEIRO DA SANEPAR

Curitiba, 13.10.82

SR. SÉRGIO AUGUSTO LEONI
PREFEITO MUNICIPAL DA LAPA


ALLAN STRADIOTTO
ADVOGADO DA SANEPAR

TESTEMUNHAS:

/aam